



Número: **0805721-51.2015.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **27/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA (AUTOR)		MARIANA ATENEU FERNANDES DO AMARAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1883886	19/03/2015 09:45	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
1883955	19/03/2015 09:45	<a href="#">Petição</a>	Substabelecimento
1883961	19/03/2015 09:45	<a href="#">procuração e carteira</a>	Procuração
1887779	24/03/2015 12:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
2179738	30/04/2015 16:09	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
2235696	08/05/2015 09:48	<a href="#">Alegações Finais</a>	Alegações Finais
2235706	08/05/2015 09:48	<a href="#">Documentos - francisco caninde</a>	Documento de Comprovação
2235714	08/05/2015 09:48	<a href="#">Indeferimento adm - Francisco Canindé</a>	Documento de Comprovação
2921051	20/07/2015 11:14	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
3891499	26/10/2015 15:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
4316817	01/12/2015 15:42	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
4371805	07/12/2015 15:31	<a href="#">Petição</a>	Petição
5911828	06/05/2016 10:45	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
5940560	09/05/2016 17:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
6332071	08/06/2016 10:22	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
10263900	28/04/2017 15:42	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10263846	28/04/2017 15:50	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
10285689	02/05/2017 15:31	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
11892190	18/08/2017 10:44	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado

11899 279	22/08/2017 12:37	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
--------------	------------------	--------------------------	----------

EM ANEXO

## **D.D.W. & ASSOCIADOS**

AV. ANTÔNIO VIEIRA DE SÁ, N.º 986, AEROPORTO  
MOSSORÓ - RN  
TEL. (083) 3316-7595

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS  
VARAS CIVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN, A QUEM COUBER POR  
DISTRIBUIÇÃO LEGAL**

**ART. 10, DA LEI n. 6.194/74 –**

**“OBSERVAR-SE-Á O PROCEDIMENTO  
SUMARÍSSIMO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL  
NAS CAUSAS RELATIVAS AOS DANOS PESSOAIS  
MENCIONADOS NA PRESENTE LEI”**

**Francisco Canindé de Oliveira**, brasileiro (a), casado (a), auxiliar de escritório, portador (a) do RG nº 246.023 – SSP/RN e Inscrito no CPF sob o nº 157.196.264-69, podendo ser intimado (a) na Rua João Leite, 291, Boa Vista, Mossoró-RN, CEP 59605-190, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V.Exa., propor a presente:

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. POR INVALIDEZ.**

Em face de: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-201, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua à Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

### **DOS FATOS**

O (a) Requerente (a) foi vítima de acidente automobilístico, fato ocorrido no dia 12.02.2014, por volta das 19:40 horas, conforme Boletim de Ocorrência do 2º Distrito Policial da Polícia Civil de Mossoró/RN, sob o nº 577/2014, quando

trafegava pilotando sua Motocicleta tipo HONDA CG 150 FAN ESI, Chassi nº 9C2KC1550AR079727, na Rua João da Escócia, Nova Betânia, próximo a Avenida Diocesano, Mossoró/RN, sentido Nova Betânia x Centro, ocasião em que sofreu queda, pois foi "fechado" por uma outra motocicleta, daí o acidente, tendo-o sofrido **POLITRAUMATISMO**.

Motivado pelas Lesões e Traumas sofridos o Requerente foi socorrido pelo SAMU e encaminhado para o Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró/RN, onde foi constatado **POLITRAUMATISMO**, conforme documentos em anexo.

Devido à gravidade das lesões sofridas, em especial, **MEMBROS POLITRAUMATIZADOS** e, várias escoriações pelo corpo, o Requerente convive com seqüelas irreversíveis, perdeu parte dos movimentos, e força dos Membros Traumatizados, vide documentos, em anexo, principalmente no que concerne ao prontuário de atendimento do Hospital acima citado.

Douto Juiz, a Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de trinta dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente e a comprovação do dano.

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, publicada no DOU de 5.6.2009, alterou de forma substancial a Lei 6.194/74, se não vejamos:

**Art. 31.** Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcional observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo à indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

## DO DIREITO

Acontece que o DPVAT não pode ser pleiteado junto a Demandada, porque se nega a receber a liquidar o seguro, visto que, entende que o beneficiário deve comprovar de forma efetiva o pagamento do DUT do veículo atropelado.

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, ainda determina: In verbis:

**"Art. 31.** Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **“corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.”**

Ressalte-se que foi um grande e substancial avanço da norma em que pese ao legislador abandonar o dano, passando a quantificar as lesões entendidas pelas seguradoras agora como **“sequelas residuais”** em grau mínimo em **10% (dez por cento)**.

Nesta oportunidade segue um grito de alerta as autoridades para as constantes alterações impostas pelo Poder Executivo, que a cada dia se presta a atender ao pedido das seguradoras, onde os beneficiários são as verdadeiras vítimas do sistema que perde o objetivo que foi criado.

Ora Douto Julgador, a “Responsabilidade Civil”, no entender do Mestre Aguiar Dias é: *“A situação de quem, tendo violado uma norma qualquer, se vê exposto às conseqüências desagradáveis dessa violação...”*, ou seja, é a conseqüência jurídica decorrente de uma ação ou omissão voluntária, negligente, imprudente ou imperita, que viole direito ou cause prejuízo a outrem.

Portanto, seguro de Responsabilidade Civil é justamente aquele cujo objetivo é resguardar seu segurado, caso esse seja responsabilidade civilmente a reparar os danos causados por sua omissão, ou ação voluntária. A definição legal do Seguro de Responsabilidade Civil é dada pelo Art. 787 do CC:

Art. 787, CC - *“No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado à terceiro”.*

O que obviamente não acontece no processamento e pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT. O seguro de Responsabilidade é aquele contratado, voluntária ou obrigatoriamente, para resguardar seu segurado na hipótese deste ser responsabilizado civilmente a reparar danos causados a outrem.

Coube a Lei 6.194/74, posteriormente, alterada pela Lei 8.441/92, regulamentar o Seguro Obrigatório previsto na alínea “L” do Decreto-Lei nº.73/66. Numa análise sistemática dessas leis, verificam-se diversas normas que contrariam a idéia de Responsabilidade Civil.

O Art. 5º da Lei 6.194/74 prevê que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Essa disposição contraria o art.787, CC, acima transcrito que define o seguro de responsabilidade como sendo o que garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo seguro a terceiro.

Em consonância o art. 927, CC, estabelece que a obrigação de reparar surgirá quando for praticado ato ilícito que cause danos a outrem, não é imaginável pretender que um seguro garanta indenização mediante “simples prova do acidente e do dano”, sem perquirir acerca do causador ou do responsável pelo sinistro, seja considerado como de responsabilidade civil, o que configuraria uma aberração jurídica.

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Portanto, ainda que se considere que a dispensa do elemento culpa se deve ao fato de a Lei 6.194/74 tratar de responsabilidade civil objetiva, não se pode olvidar o fato de que essa norma não pressupõe ao menos que a vítima seja um terceiro prejudicado (outrem), mas, ao contrário disso, ainda diz que havendo vítimas em mais de um veículo envolvido, a indenização será paga pela seguradora dos respectivos veículos. O que mais uma vez comprova que esse seguro é simplesmente de dano e não de responsabilidade civil.

#### DO VALOR DO DPVAT, ATRELADO APENAS AO SALÁRIO MÍNIMO

A Lei n. 6.194/74, em momento algum, faz uso, referência à aludida “Tabela”, como base de cálculo. A requerida deseja também a ré, que tratando-se de Invalidez Permanente, deve ser obedecido uma “Tabela” que “obedece” outra Resolução 056/2001, também do mesmo órgão anteriormente citado.

A Lei n. 6.194/74 determina o pagamento da indenização mediante a **SIMPLES** ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a promovida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infra citado.

Advoga a ré, que CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), tem competência para disciplinar as normas relativas ao DPVAT, podendo inclusive editar uma “Tabela” própria para ser utilizada em casos referentes ao seguro obrigatório.

Como se observa, a Lei não pode se curvar aos interesses macro ambiciosos das seguradoras, que militam no ramo de seguro deste País, sendo que, na verdade o veredicto, caracterizaria num perigo para o cidadão comum.

Quanto ao Direito a percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

***“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.***

Infere-se no dispositivo legal infra-citado que a indenização será devida mediante a **“SIMPLES”** ocorrência do acidente e do **“DANO”** por ele provocado.

O Governo Federal, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia à 40 (quarenta) salários mínimos. O novo texto passou a ter a seguinte redação:

O “Art. 3º, In verbis:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares

As modificações introduzidas na Lei 6.194/74, que trata do seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, o conhecido Seguro DPVAT, foi atropelada pelo Poder Executivo Federal, vez que as modificações introduzidas vieram apenas reduzir os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos.

O Art. 333 do Código de Processo Civil determina que:

**"O ônus da prova incumbe:**

**I-(...)**

**II- ao réu, quanto a existência de fato impeditiva, modificativa ou extintiva do direito do autor."**

#### DA JURISPRUDÊNCIA

Recentemente, a 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em outro processo similar, assim pronunciou sobre a ausência de Laudo do IML, senão vejamos:

JULGADOS DA QUARTA CAMARA

**PUBLICAÇÃO: 24 DE MAIO DE 2006**

"APELAÇÃO CÍVEL Nº 078.2005.000.926-1/001

RELATOR Dr. Antônio de Pádua Lima Monte Negro

APELANTE: Unibanco Aig Seguros

APELADO: Sérgio Ricardo Souto Campos

DPVAT. Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização. Procedência da ação. Apelação Cível - Preliminar de carência de ação. Rejeição. Preliminar de falta de ilegitimidade passiva. Rejeição. Alegação de competência da C N S P (Conselho Nacional de Seguros Privados) para editar instruções. Impossibilidade de vinculação de indenização ao salário mínimo. Apelação Cível desprovida. **Não há que se falar em carência de ação pela ausência de comprovação documental concernente ao laudo pericial do IML, quando presente nos autos outros elementos de prova que comprovam plenamente a pretensão do Autor.**

(Possuem legitimidade para figurar no pólo passivo da ação de cobrança para recebimento de indenização do seguro todas as seguradoras que fazem parte do consórcio previsto no artigo 7º da Lei 6194)74. O valor da indenização devida em virtude do seguro, DPVAT, em caso de invalidez permanente, é de até 40 (quarenta) salários mínimos, nos termos do art. 3º da Lei 6.194/74, devendo prevalecer essa norma frente ao teto fixado pela CNSP. É legítima a fixação do valor devido em razão do seguro DPVAT, com base no salário mínimo, nos termos da Lei 6.194/74, por não traduzir um fator de correção, mas de simples fixação do valor da indenização. **"ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por votação unânime, em REJEITAR OS PRELIMINARES, E, NO MERITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL, na conformidade do relatório e voto do Relator, que passam a integrar o julgado". - GRIFAMOS**

Com o advento da Lei nº 8.441/92, atacada pela Recorrente, esta foi ainda mais genérica, abrangente, visto que, o objetivo do DPVAT, não é o de enriquecer as seguradoras que exploram o ramo do seguro obrigatório, mas tão somente



de amparar as vítimas e os parentes das vítimas de acidente de trânsito que em nosso país mata milhares de pessoas.

#### DO REQUERIMENTO

**PELO EXPOSTO**, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, **Art. 31 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009**, requer a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente ao seguro DPVAT, face a invalidez sofrida pelo Autor, que veio a comprometer as funções nos **MEMBRO POLITRAUMATIZADOS**, adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

1- Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR (Correios e Telégrafos);

2- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;

3- Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documental e depoimento do (a) autor (a);

4- Requerem a intimação das testemunhas cujo rol segue ao pé desta, para serem inquiridas em audiência a ser designada pelo Douto Juízo;

5- Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro;

6- Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;

7- Requerem com fundamento no art. 10 da lei nº 6.194/74, seja dado a presente o rito sumário;

8- seja intimada a direção do Hospital Tarcísio Maia, em Mossoró/RN, se caso necessário, que atendeu a autora, quando do acidente, para fornecer mais algum outro dado secundário e ou necessário, objetivando possibilitar ao Juiz, elementos para proferir o seu livre convencimento;

Finalmente requer a **Gratuidade da Justiça** nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei.

Dá a presente causa o valor de **R\$ 13.500,00**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Caicó-RN, 09 de dezembro de 2014.

**Darwin Wamberto Barbosa Sales**  
-Advogado 12076/RN-

**Mariana Ateneu Fernandes do Amaral**  
Advogada – 10727/RN

Vba.

## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**Outorgante:** Francisco Caninde da Oliveira, brasileiro(a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº 157.196.264-68 e do RG nº 24.60.23 residente e domiciliado no (a) Rua Beite, nº 293, Bonvista, Mossoró - RN nomeia e outorga poderes ao **Outorgado:** DARTWNZ WAMBERTO B. SALES, brasileiro, casado, advogado com OAB n. 9822; DARWIN WAMBERTO B.SALES, brasileiro, solteiro, advogado com OAB n. 12076; podendo serem intimados na Rua Antonio Vieira de Sá, nº 986, Bairro Aeroporto, Mossoró-RN, Telefone: 3316-7595, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE PATROCINAR A DEFESA DO OUTORGANTE, junto a processo na Comarca de Mossoró / RN** podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber e dar quitação, receber quaisquer quantias derivada de condenação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo ainda levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao **Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte**, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

### - CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente contrato firmado entre os contratantes, fica estabelecido o pagamento dos honorários advocatícios, pagos pelo outorgante, em favor do outorgado, os quais deverão ser pagos na base de **30%, (trinta por cento)**, sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, em favor do contratado, conforme pacto através do presente instrumento, nos termos do **art 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994**. Contratam ainda as partes que em caso de desistência da ação, ou, ainda renuncia dos poderes do contrante em favor outro causídico, nada impede e obsta o pagamento dos honorários contratuais, nos mesmo valores acima citados, tudo em conformidade com o disposto no art. 14 do Estatuto da OAB, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, conforme determina a Lei. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - RN, em 11/09/2014.

**Outorgante:** Francisco Caninde da Oliveira

\* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Francisco Caninde da Oliveira brasileiro(a),  
portador(a) do RG nº 24.6023 e do CPF nº 957.996.264-68  
residente e domiciliado(a) na Rua: João Leite, nº 291.  
Rua Vista. Mossoró/RN, DECLARA nos termos  
da Lei nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios  
que possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE  
COBRANÇA, perante a Comarca de Mossoró - RN. Afirmo ainda,  
ser sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos  
fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró /RN, 11 / 09 / 2014.

Francisco Caninde da Oliveira  
DECLARANTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte autora para emendar a petição inicial no prazo de 10 dias, juntando aos autos comprovante de pedido administrativo prévio perante a Seguradora ou justificar a impossibilidade, bem como laudo hospitalar e/ou boletim de ocorrência que comprove a ocorrência do acidente, sob pena de indeferimento da inicial.

P.I.

Mossoró/RN, 19 de março de 2015

EDINO JALES DE ALMEIDA JÚNIOR

Juiz de Direito em substituição legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### DESPACHO

Intime-se a parte autora para emendar a petição inicial no prazo de 10 dias, juntando aos autos comprovante de pedido administrativo prévio perante a Seguradora ou justificar a impossibilidade, bem como laudo hospitalar e/ou boletim de ocorrência que comprove a ocorrência do acidente, sob pena de indeferimento da inicial.

P.I.

Mossoró/RN, 19 de março de 2015

EDINO JALES DE ALMEIDA JÚNIOR

Juiz de Direito em substituição legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

Conforme determinado em despacho retro, requer a juntada dos documentos em anexo.

Confiante no deferimento.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL

SEGUNDO DISTRITO POLICIAL - 2º DP/MOSSORÓ  
Rua Camilo de Paula, s/nº, bairro Nova Betânia, Mossoró-RN, Tel.(0xx84) 3315-5592

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 577/2014.**

**NATUREZA DA OCORRÊNCIA:** ACIDENTE DE TRANSITO.

**LOCAL DO FATO:** Rua João da Escossia, Nova Betânia, próximo a Av. Diocesano Mossoró/RN.

**DATA E HORA DO FATO:** 12/02/14, por volta das 19:40 h.

**COMUNICANTE:** Francisco Canindé de Oliveira.

**ENDEREÇO RESIDENCIAL:** Rua João Leite, 900, Boa Vista, Mossoró/RN.

**FILIAÇÃO:** Francisco Pedro de Assis e de Maria do Rosario de Oliveira.

**DATA DE NASCIMENTO:** 17/04/1957. **ESTADO CIVIL:** casado.

**NATURAL:** Mossoró/RN

**SEXO:** masculino.

**PROFISSÃO:** aux. de escritório.

**DOCUMENTO:** RG nº 246023 SSP/RN **TEL:** (84)8810-9505

**VÍTIMA(01):** O comunicante.

**VÍTIMA(02):** Maria das Dores Xavier de Oliveira, RG nº 365400  
SSP/RN, brasileira, casada, aposentada, natural de Mossoró/RN, nascida em 01/11/59, filha de  
Osvaldo Lopes de Freitas e de Emilia Xavier de Freitas, residente na rua João Leite, 900, Boa  
Vista, Mossoró/RN.

**NOTICIADO:**

**HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA**

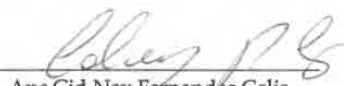
O comunicante informa que na data, hora e local supracitados, pilotava sua motocicleta Honda/CG 150 FAN ESI – vermelha – 2010/2010 – placa NNS-0822/RN – renavam 204777569 – chassi 9C2KC1550AR079727, no sentido Nova Betânia/Centro, quando sofreu uma queda após ter seu veículo fechado por outra motocicleta. Que trafegava como garupa do comunicante a sua esposa (vítima 02). Que após o acidente as vítimas foram socorridas pelo SAMU para o HRTM. Nada mais disse.

**DATA E HORÁRIO DO REGISTRO:** 06/03/2014, às 11:10 h.

OBS: As informações constantes neste B.O. são de inteira responsabilidade do comunicante.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Registro do B.O.

  
ASSINATURA DO COMUNICANTE

  
Apc Cid Ney Fernandes Celis  
Mat. 108.172-1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

-DETRAN - RN  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 00204777569 R.N.T.C. N° 010214027314 EXERCÍCIO 2014

FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

CPF / CNPJ 157.196.264-68 PLACA NNS0822  
CHASSI 9C2KC1550AR079727

PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE COMBUSTIVEL  
HONDA/CG 150 FAN ESI

ANO FAB. 2010 ANO MOD. 2010

CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA R\$ 0.00 VENC. COTA ÚNICA 21/03/2014 1º PAGO

FAIXA LPVA. PARCELAMENTO / COTAS 002855 3X R\$ \*\*\*\*\* 2º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

\*\*\* LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO \*\*\* DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

MOTOR: KC15E5A079727

LOCAL MOSSORÓ/RN DATA 15/01/2014

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OUTRO SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN N° 010214027314 BILHETE DE SEGURO DPVAT

CPF / CNPJ 157.196.264-68 EXERCÍCIO 2014 PLACA NNS0822

BILHETE DE SEGURO DPVAT

VIA 1 CPF / CNPJ 157.196.264-68 EXERCÍCIO 2014 DATA EMISSÃO 16/01/2014

RENAVAM 90204777569 MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI PLACA NNS0822

ANO FAB. 2010 ANO MOD. 2010

CHASSI 9C2KC1550AR079727

PRÊMIO TARIFÁRIO

DEVAT/RN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

COTA ÚNICA

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
 FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

DOC IDENTIDADE / CATEGORIA II  
 246023 TYPEN RH

CPF DATA NASCIMENTO  
 187.196.264-68 17/04/1957

FILIAÇÃO  
 FRANCISCO PEDRO DE  
 ASSIS  
 MARIA DO ROSARIO DE  
 OLIVEIRA

PROBADO ACC CATEG  
 174228506 174228506

VALIDADE 27/02/1988

VALIDADE 16/12/2009

ASSINATURA DO ANTERIOR

DETRAN-RN (RIO GRANDE DO NORTE)



DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Número do Medidor	Tipo da Função	Anterior		Atual		Nº dias	Constante	Ajuste	Consumo
		Data	Leitura	Data	Leitura				
C367712	CAF	10/01/2014	35 633,00	07/02/2014	35 777,00	28	1,00000		144,00

NÍVEL DE TENSÃO			DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA: 11/03/2014		DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)		Toda Consumidora pode solicitar a interrupção dos indicadores DIC, DIC2, DIC3, DIC4 e qualquer tempo.		Descrição	Conjeto	Valor Apurado	Unidade Mensal	Unidade Anual	Limite Anual
	Mínimo	Máximo								
220	201	231	SMD - Valor de Energia de Uso de Sistema de Distribuição = R\$ 39,29		DIC - Nº de horas sem energia	MOSSORO	0,00	5,57	11,34	22,68
					DIC2 - Nº de vezes sem energia	III	0,00	3,61	7,22	14,44
					DIC3 - Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,29	0,00	0,00
					DIC4 - Duração de interrupção em dia crítico					
					Limite DICR: 12,22					

**Informações importantes sobre a conta de energia**

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.  
 A partir de 2015 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estará em vigor a bandeira VERMELHA que implicará cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).  
 Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.436-26/04/02) no próximo mês.  
 O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
 O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.



FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

RUA JOAO LEITE 291

BOA VISTA/AREA URBANA  
59605-190 MOSSORO RN

Conta Contrato: 0476379016  
 Medidor: C367712  
 Un. Leitura: 06051154  
 Sequência: 00137  
 Poste: K03836

00188 1400 5841



[www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br)

Problemas com Iluminação Pública?

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Fev/14 vigorará a bandeira vermelha, a qual implicará 0,03 R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).

contato: 8810-9505 "espaco"  
 8885-8744 "mulher"



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSADO MAIA

REGISTRO Nº

872

### PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: João Carlos de Oliveira D. N. 17.04.57 Idade: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ Cartão SUS nº: \_\_\_\_\_  
Endereço: Rua: João Carlos, 900 Bairro: B. Vista  
Cidade: Mossoró U. F.: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_  
Filiação: Mãe: \_\_\_\_\_ Pai: \_\_\_\_\_

Data: 12.02.14

Hora: 20:07

A. C. C. R.: \_\_\_\_\_

VERDE

#### 1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H. D. A.)

Paciente vítima de acidente de moto apresentando dor em região escapular (D), sem alterações.

#### 2 - EXAME FÍSICO

A - vital aeroso perfuro, nega cervicalgia.  
B - MV ⊕ simétricos sem RA.  
C - Pulso cheios, simétricos, FC: 90 bpm.  
D - ECG IS, pupilos isocóricas, reagentes, sem déficit motor.  
E - trausões em região escapular (D)

#### 3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Trauma

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ

06/03/2014  
Mante  
SAME / ARQUIVO

Hora: 20:15

- Solução Lx Brook PA e Perçol
- Solução TL de cimento e areia
- Solução Pórcen do BMT
- Solução pórcen NCM.

CINUA GUA GUA (21100) - NV de torar no mo-  
estavel nem diamicamente.  
ALTA de CINUA GUA GUA

Don, fe crânio! Lomax.

parte vital de aversa de morte, si pronom  
de conștientă, evoluând și etnică și  
cervicală.

ex neuro: br, a15, s/ dukt, s/ cernent-  
a15, duktis -

in: esferas nervosas / aneladas /  
reforço no corte / foliolas de cor verde dorsal /  
abundante de células RNF.

DATA E HORA	PRESCRIÇÃO	ENFERMAGEM	
		HORÁRIO	ASSINATURA
	após liberar a via		
1	Orto BRANCO na BMT	2	
2	SF 0,9% 500ml (EU) 12/12H.	3	
3	Diphthona 2L + ASB (EU) 6/6H	4	00:15
4	teloral 50g (EU) 6/6H S/N	5	00:15
5	observar qtd nel nels a/c		
6	na pouso na leito		
7	mobilizar 25 em bloco		

PMF - POBRETE VITIMA DE GUERRA COM ATOO PUEU  
TADA, APMFUA, VOMMOCONIDA, PORTA FERIDA CORTO-CORTO  
SA EM SACO CERRIJO-LABIAL INF., TAVUNA EM 14.515  
SUP. ①

OUTROS (Descrever)

Observações:

16.

ALFA  
B.12 F

Data:

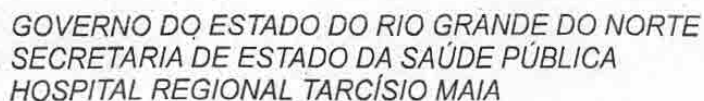
Hora:

•

Dec, 23: 30 Rx volume

Identificação Médica

3: 30 Rx coluna  
Dorsal / a transição cervicodorsal  
Sintomas: dor, rigidez  
Starlynn Freire dos Santos  
CRM-RN 577  
ORTODONTIA



Nome: Marcos das Dores X. de Oliveira Leito: \_\_\_\_\_

afael de A. Barbosa  
Neodurgas  
CRM/RN 6715

[illegible]

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ 06/03/2014  
Maíse  
SAME / ARQUIVO



Cadastro de Processos

Novo Editar Excluir Imprimir Analisar Anotações Ferramentas Salvar

Dados Gerais Veículo / Vítima Beneficiário Histórico Protocolo Restrições Inf. Compl

Data Rateio	Situação	Situação-Divisão	Observações internas	Valor Pleiteado	Detalhes das restrições	Código do Histó
	Pré-Cadastro não analisado					3856155
30/04/2014	Pré-Cadastro analisado e aprovado			0,00		3859848
16/05/2014	Proc. enviado p/ digitalização e análise da Seg. Líder		Enviado para o convênio, guia remessa 014230/2014	0,00		3866481
16/05/2014	Processo Negado		NEGADO - () Data rateio: 16/05/2014		Sequela não indenizável	3912009

Arquivos Despesas

Sem Informações

edit  
Caixa  
Data/Hora  
Usuário

PT 09:06 08/05/2015



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0805721-51.2015.8.20.5106

Demandante: AUTOR: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Demandado(a): RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, para os fins que se fizerem necessários, que a parte autora apresentou as petições em anexo, razão pela qual, faço os presentes autos conclusos. O referido é verdade e dou fé

Mossoró/RN, 20 de julho de 2015.

LIVAN CARVALHO DOS SANTOS

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### DESPACHO

A fim de se dar regular andamento ao feito, intime-se o autor para, no prazo de 10(dez)dias, juntar aos autos procuração constituindo o advogado subscritor da inicial e comprovante do prévio requerimento administrativo perante à Seguradora, tendo em vista que o documento de id2235714 não contém os dados pessoais do autor, sob pena de indeferimento da inicial.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 21 de outubro de 2015

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### DESPACHO

A fim de se dar regular andamento ao feito, intime-se o autor para, no prazo de 10(dez)dias, juntar aos autos procuração constituindo o advogado subscritor da inicial e comprovante do prévio requerimento administrativo perante a Seguradora, tendo em vista que o documento de id2235714 não contém os dados pessoais do autor, sob pena de indeferimento da inicial.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 21 de outubro de 2015

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



**BALBINOS SEGURO DPVAT**

Rua Antônio Vieira de Sá, n. 986.

Aeroporto, Mossoró – RN.

Tel.: (84) 3316-7595

[balbinosmossoro5@hotmail.com](mailto:balbinosmossoro5@hotmail.com)

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ-RN.**

**PROCESSO: 0805721-51.2015.8.20.5106**

**Francisco Caninde de Oliveira , devidamente qualificado nos autos do  
processo em epígrafe, vem data vênia, perante V. Exa., por intermédio de sua bastante  
procuradora que esta subscreve, expor e ao final requerer o que segue:**

**.**

**Pelo Exposto, requer a V. Exa., que seja concedido dilação de prazo de 30 (trinta)  
dias para o cumprimento do despacho de ID 4316817.**

**Termos em que,**

**Pede e espera o deferimento.**

**Mossoró – RN, em 07 de Dezembro de 2015**

**Bela. Mariana Ateneu F. do Amaral**

**OAB-RN 10.727**

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª Vara Cível DA COMARCA DE Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355 - 3º andar, Fórum Dr. Silveira Martins (Complexo judiciário), Presidente  
Costa e Silva - CEP 59625-410, Fone: 84 3315-7166, Mossoró-RN - E-mail: ms2civ@tjrn.jus.br

### CERTIDÃO

Certifico em razão do meu ofício que a parte autora apresentou a petição em anexo e em face da Correição Ordinária que está sendo realizada neste Juízo, no período de 04 a 10 de Maio de 2016, conforme Portaria nº 032/2016 da Corregedoria do TJ/RN; bem como Portaria 02/2016 deste Juízo, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível. O referido é verdade, dou fé.

Mossoró 06 de maio de 2016

Livan Carvalho dos Santos

Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro parcialmente o pedido de ID 4371805, concedo prazo de mais 15 (quinze) dias.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 9 de maio de 2016

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro parcialmente o pedido de ID 4371805, concedo prazo de mais 15 (quinze) dias.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 9 de maio de 2016

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Caruaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0805721-51.2015.8.20.5106

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que decorreu o prazo legal de 15 (quinze) dias, sem que a parte autora tenha dado cumprimento ao despacho de ID 5940560, apesar de devidamente intimada, conforme ID 6332071, razão pela qual faço os autos conclusos.

Mossoró/RN, 28 de abril de 2017

RAFAELLA FONSECA PEREIRA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

0805721-51.2015.8.20.5106

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: Cobrança de Seguro

Autor: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

**I. Relatório:**

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVATajuizada, sob o beneplácito da gratuidade da justiça (Lei nº 1.060/1950), por **LEIRIANO MENDES DE LIMA**, devidamente qualificado à exordial, por intermédio de Procurador Judicial, em desfavor de **SEGURADORA LÍDERDOSCONSORCIOS DPVAT**, igualmente qualificado nos autos.

Foi proferido o despacho de ID 3891499intimando-se a parte autora para juntar aos autos procuração constituindo o advogado subscritor da inicial e comprovante do prévio requerimento administrativo perante à Seguradora, tendo em vista que o documento de ID 2235714 não contém os dados pessoais do autor, sob pena de indeferimento da inicial.

Devidamente intimada, por meio de seu causídico, conforme ID 4316817, a parte autora atravessou petição constante no ID 4371805, requerendo a dilação de prazo por 30 (trinta) dias para cumprir o despacho.

Novamente foi proferido despacho (ID5940560), deferindo parcialmente o pedido retro, concedendo 15 (quinze) dias para que a autora cumpra o determinado, todavia, apesar de devidamente intimada (ID 6332071),restou-seinerte, conforme certificado no ID 10263900.

Dessa forma, vieram-me os autos conclusos.

## II. Fundamentação:

A peça inicial, para ser admitida, deverá atender os requisitos constantes do art.319, do Código de Ritos, quais sejam: a) o juiz ou Tribunal a que é dirigida; b) os nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, CPF ou CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor e do réu; c) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; d) o pedido e suas especificações; e) o valor da causa; f) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; g) o requerimento para a citação do réu; h) a opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação.

Destarte, prescreve o art. 321 do Código de Processo Civil:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

Já o art. 320 do C.P.C. estabelece:

"Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação."

Por documentos indispensáveis ao ajuizamento da ação se entende como sendo aqueles imprescindíveis para ser tutelado o direito material que se postula, representando verdadeiros "pressupostos" à ação, acarretando a sua não apresentação a inadmissão da ação.

A propósito, confira-se o seguinte aresto:

"PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. INSTRUÇÃO COM OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO

REGULARIZAÇÃO. INDEFERIMENTO. ARTS. 283 E 284 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES. I - Nos termos do art. 284 do Código de Processo Civil, "Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, art. 282 determinará que o autor a emende, ou a complete no prazo de dez (10) dias". In casu, não obstante tenha sido intimado para regularizar o feito, o requerente não cumpriu da diligência, motivo pelo qual a petição inicial restou indeferida. Precedentes. II - Agravo interno desprovido." (STJ, AgRg na MC 5975 / ES, relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 05.5.2003)

### III. Dispositivo:

Configurada a inércia do autor, a quem foi determinada a juntada aos autos de procuração constituindo o advogado subscritor da inicial e comprovante do prévio requerimento administrativo perante a Seguradora, reputado indispensável para o deslinde da causa, INDEFIRO a petição inicial, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso I do Código de Processo Civil.

Defiro o pedido da gratuidade judiciária, ante a declaração acostada nos autos (ID 1883961).

Custas *ex lege* pelo demandante, cuja exigibilidade fica suspensa, nos moldes da Lei nº 1.060/1950.

Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição, e a seguir, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Mossoró, 28 de abril de 2017.

JOSÉ HERVAL SAMPAIO JÚNIOR

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

0805721-51.2015.8.20.5106

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº 0805721-51.2015.8.20.5106

Ação: Cobrança de Seguro

Autor: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

**I. Relatório:**

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVATajuizada, sob o beneplácito da gratuidade da justiça (Lei nº 1.060/1950), por **LEIRIANO MENDES DE LIMA**, devidamente qualificado à exordial, por intermédio de Procurador Judicial, em desfavor de **SEGURADORA LÍDERDOSCONSORCIOS DPVAT**, igualmente qualificado nos autos.

Foi proferido o despacho de ID 3891499intimando-se a parte autora para juntar aos autos procuração constituindo o advogado subscritor da inicial e comprovante do prévio requerimento administrativo perante à Seguradora, tendo em vista que o documento de ID 2235714 não contém os dados pessoais do autor, sob pena de indeferimento da inicial.

Devidamente intimada, por meio de seu causídico, conforme ID 4316817, a parte autora atravessou petição constante no ID 4371805, requerendo a dilação de prazo por 30 (trinta) dias para cumprir o despacho.

Novamente foi proferido despacho (ID5940560), deferindo parcialmente o pedido retro, concedendo 15 (quinze) dias para que a autora cumpra o determinado, todavia, apesar de devidamente intimada (ID 6332071),restou-seinerte, conforme certificado no ID 10263900.

Dessa forma, vieram-me os autos conclusos.

## II. Fundamentação:

A peça inicial, para ser admitida, deverá atender os requisitos constantes do art.319, do Código de Ritos, quais sejam: a) o juiz ou Tribunal a que é dirigida; b) os nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, CPF ou CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor e do réu; c) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; d) o pedido e suas especificações; e) o valor da causa; f) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; g) o requerimento para a citação do réu; h) a opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação.

Destarte, prescreve o art. 321 do Código de Processo Civil:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

Já o art. 320 do C.P.C. estabelece:

"Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação."

Por documentos indispensáveis ao ajuizamento da ação se entende como sendo aqueles imprescindíveis para ser tutelado o direito material que se postula, representando verdadeiros "pressupostos" à ação, acarretando a sua não apresentação a inadmissão da ação.

A propósito, confira-se o seguinte aresto:

"PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. INSTRUÇÃO COM OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO

REGULARIZAÇÃO. INDEFERIMENTO. ARTS. 283 E 284 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES. I - Nos termos do art. 284 do Código de Processo Civil, "Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, art. 282 determinará que o autor a emende, ou a complete no prazo de dez (10) dias". In casu, não obstante tenha sido intimado para regularizar o feito, o requerente não cumpriu da diligência, motivo pelo qual a petição inicial restou indeferida. Precedentes. II - Agravo interno desprovido." (STJ, AgRg na MC 5975 / ES, relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 05.5.2003)

### III. Dispositivo:

Configurada a inércia do autor, a quem foi determinada a juntada aos autos de procuração constituindo o advogado subscritor da inicial e comprovante do prévio requerimento administrativo perante a Seguradora, reputado indispensável para o deslinde da causa, INDEFIRO a petição inicial, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso I do Código de Processo Civil.

Defiro o pedido da gratuidade judiciária, ante a declaração acostada nos autos (ID 1883961).

Custas *ex lege* pelo demandante, cuja exigibilidade fica suspensa, nos moldes da Lei nº 1.060/1950.

Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição, e a seguir, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Mossoró, 28 de abril de 2017.

JOSÉ HERVAL SAMPAIO JÚNIOR

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0805721-51.2015.8.20.5106

Demandante: AUTOR: FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

Demandado(a): RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico em razão do meu ofício que a sentença constante no ID nº 10263846 transitou em julgado sem interposição de recurso, apesar da devida intimação. O referido é verdade e dou fé

MOSSORÓ/RN, 18 de agosto de 2017.

LIVAN CARVALHO DOS SANTOS

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0805721-51.2015.8.20.5106

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que em cumprimento à determinação retro, procedo o arquivamento dos presentes autos, sem cobrança de custas.

O referido é verdade. Dou fé.

MOSSORÓ/RN, 18 de agosto de 2017

RAFAELLA FONSECA PEREIRA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)